

Medida transfere para estados e municípios R\$ 1,95 bilhão

MP está sendo analisada por comissão mista. Verba servirá para estimular as exportações do país e quitar dívidas dos entes federados

Os recursos serão entregues pela União aos estados em parcela única, em 18 de janeiro. Os governos dos estados ficarão com 75% da parte que receberem e dividirão os 25% restantes entre as prefeituras. A MP 629/2013 também autoriza o Ministério da Fazenda a definir regras para a prestação de informações sobre aproveitamento de créditos do ICMS cobrado sobre operações destinadas ao exterior. **3**

Comissão realizará debate sobre a compra de caças suecos

Reprodução



Audiência vai discutir decisão do governo brasileiro de comprar 36 caças da empresa sueca Saab

A Comissão de Relações Exteriores fará audiência com o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, logo que o Congresso voltar do recesso, para debater a decisão do governo brasileiro de comprar 36 caças da empresa sueca Saab. O presidente da CRE, Ricardo Ferraço, acredita que as ações de espionagem realizadas no Brasil pelo governo dos Estados Unidos, reveladas por Edward Snowden, prejudicaram a Boeing, empresa norte-americana que participava da disputa. **4**

Vanessa avalia sua atuação em comissões e em procuradoria **4**

Alexandro Dantas/Agência Senado



Vanessa Grazziotin fez balanço sobre mudanças climáticas, defesa da mulher e CPI da Espionagem

Requião denuncia multinacionais de pneus por cartel **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Prática promovida por seis empresas prejudica interesses do país e consumidores, diz Requião

Cristovam critica gestão do governo do Distrito Federal **3**

Gerardo Magela/Agência Senado



Para Cristovam, há orçamento para investir em saúde e segurança, mas falta competência

Para Sobrinho, Estado precisa ouvir voz das ruas **2**

Gerardo Magela/Agência Senado



Osvaldo Sobrinho lamenta condições precárias dos serviços públicos oferecidos à população

Sugestão popular para regulamentar atividades de marketing de rede será analisada **2**

Rádio e TV Senado em João Pessoa

Política e cidadania em tempo real. É o Congresso mais perto do paraibano.

Rádio Senado

106,5 FM

Transmissão digital da TV Senado

Canal 40.1

Aqui o cidadão sabe o que acontece

SENADO FEDERAL

Secom | Criação e Marketing

Senado votará primeira sugestão direta de cidadãos

Mais de 20 mil internautas apoiaram ideia de regulamentação do marketing de rede enviada pelo Portal e-Cidadania e proposta começará a tramitar na Casa pela Comissão de Direitos Humanos

A PRESIDÊNCIA DO Senado encaminhou para análise da Comissão de Direitos Humanos (CDH) a Ideia Legislativa 11.322, informou Osvaldo Sobrinho (PTB-MT). Trata-se da primeira sugestão apresentada no Portal e-Cidadania a obter apoio suficiente para tramitar na CDH, que agora poderá transformá-la em projeto de lei. A proposta teve apoio superior a 20 mil manifestações.

— O Senado, dessa maneira, prossegue na sua política de interação da instituição com a sociedade brasileira, buscando novos e mais eficazes canais de participação do cidadão — disse Sobrinho.

Marketing de rede, ou marketing multinível, é um sistema de distribuição de produtos comercializados do fabricante para o consumidor por intermédio de uma rede de



Pelo portal é possível sugerir, conhecer e apoiar ideias para projetos de lei

vendedores independentes. O sistema é adotado por empresas como Avon, Herbalife e outras.

Apoio

Pelo Portal e-Cidadania, é possível sugerir ideias que poderão dar origem a projetos de lei ou conhecer e apoiar sugestões de outras pessoas. As propostas são introduzidas no portal pelos próprios internautas. Qualquer cidadão pode apresentar uma sugestão, que ficará no ar por quatro meses.

Se nesse período ela obtiver

20 mil apoios de internautas, será encaminhada pelo presidente do Senado à CDH, onde será discutida pelos senadores.

Para participar, ajudando a aprimorar a legislação do país, o cidadão pode entrar no portal (<http://www12.senado.gov.br/ecidadania>) e clicar em e-Legislação.

Em outras áreas do portal também é possível sugerir temas para audiências, opinar, acompanhar a atuação dos senadores, saber mais sobre o Orçamento, entre outras atividades.

População poderá propor urgência a projetos

Proposta que cria a solicitação de urgência por iniciativa popular para a tramitação de matérias em exame no Congresso ou em qualquer de suas Casas está pronta para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com possibilidade de votação a partir de fevereiro.

Para que as petições dos cidadãos sejam admitidas, a PEC 15/2013, de Pedro Taques (PDT-MT), exige o apoio de 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

O autor observa que, tanto no Senado como na Câmara, tramitam projetos que abordam temas de grande repercussão nacional. Porém, salienta que o elevado número de proposições cria natural obstáculo para o exame

daquelas consideradas mais relevantes pela população. A seu ver, a PEC 15/2013, além de sanar a dificuldade, aproximará o cidadão do Congresso e fortalecerá a democracia.

“O Congresso poderá captar com mais facilidade o interesse popular na discussão de proposições em tramitação, buscando a construção da legislação de forma segura, célere e democrática”, avalia Taques.

A urgência possibilita a aceleração do exame de um projeto

porque permite a suspensão de intervalos de tempo entre as fases de deliberação (interstícios) e elimina prazos para alguns procedimentos, entre outras formalidades regimentais, com exceção de poucos requisitos — como a apresentação de pareceres, a divulgação formal das matérias

e os quóruns para deliberação.

Taques considera que os mecanismos de participação direta dos cidadãos na condução da vida pública do país ainda merecem reforço. A seu ver, nesse campo o Brasil deve seguir a tendência de Argentina, Uruguai e Colômbia. Como exemplo, citou que os argentinos não apenas podem apresentar projetos de lei perante a Câmara dos Deputados, como ainda desfrutam da garantia de que eles sejam apreciados em até 12 meses. Observou ainda que a Constituição colombiana, de 1991, adotou amplos instrumentos de participação popular, como a iniciativa popular, o recall e referendos para aprovar leis e reformas constitucionais.

A relatora, Ângela Portela (PT-RR), afirmou que a iniciativa é oportuna e vai ao encontro da tendência mundial de aumentar a participação do povo no processo legislativo e nas decisões mais relevantes.

Osvaldo Sobrinho afirma que país precisa resgatar dívida social

Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) agradeceu na sexta-feira os apoios recebidos ao longo do ano. Na opinião do senador, o país está caminhando, ainda que a passos lentos, para ser um “porto de paz, harmonia e conciliação”. Porém, assinalou que um caminho pleno de conquistas somente será possível quando o país resgatar a imensa dívida social.

— Enquanto o Estado brasileiro não assumir o seu compromisso com a população, lastimavelmente nós não seremos uma nação desenvolvida — afirmou.

O senador disse que basta olhar as favelas, a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas para constatar a amplitude dos desafios. Destacou também as demandas sociais ainda sem respostas adequadas, como nas áreas da saúde, segurança e educação. Ele lembrou que as “ruas falam”, observando que as insatisfações ficaram claras durante as manifestações ocorridas em meados do ano.

— Elas mandam o recado de uma forma amena, mas, se não as ouvirem, elas engrossarão sua voz e começarão a falar mais alto — alertou.

Para o senador, as ruas se manifestaram porque não suportam “as mazelas do



Osvaldo Sobrinho/Agência Senado

Estado se especializou em arrecadar, mas não em distribuir, diz o senador

Estado”, quando ele se acomoda em uma posição anacrônica e engessada, indiferente às reivindicações. Pelos mais diferentes segmentos, assinalou, a sociedade reagiu contra “um Estado que se especializou na arrecadação, mas não na distribuição dos recursos”.

O parlamentar disse que as condições dos serviços públicos falam por si sós. Ele citou os prontos-socorros que não funcionam e se apresentam “entulhados de miséria humana”, mas disse que o recado das ruas já está sendo ouvido. No caso da saúde, observou que as críticas acabaram impulsionando o Programa Mais Médicos.

Sobrinho registrou ainda que o Senado criou outro canal de escuta dos anseios da sociedade por meio do Portal e-Cidadania (*leia ao lado*).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h30 A sessão extraordinária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares.

TERÇA

RECESSO Sem atividade

Tem início o recesso parlamentar. As atividades legislativas serão retomadas no dia 3 de fevereiro de 2014.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h30**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Recursos devem ser transferidos pela União, em parcela única, em 18 de janeiro. O dinheiro será usado para quitar dívidas externas e com órgãos públicos federais, além de estimular exportações

MP destina R\$ 1,95 bilhão para estados e municípios

COMISSÃO MISTA FORMADA por senadores e deputados analisa a medida provisória que destina R\$ 1,95 bilhão da União aos estados e municípios. O dinheiro servirá para estimular as exportações do país e quitar dívidas dos entes federados.

A MP 629/2013 divide o valor entre os estados de acordo com a tabela ao lado. O resultado da divisão é repartido novamente entre o governo do estado e as prefeituras — 75% e 25%, respectivamente. Os 25% previstos para as prefeituras, por sua vez, serão distribuídos segundo os coeficientes individuais de participação da distribuição do ICMS.

As verbas serão entregues em parcela única em 18 de janeiro.

Dívidas

Antes de depositar as verbas, a União deverá deduzir do valor devido as dívidas vencidas e não pagas de cada estado. A ordem de prioridade das dívidas a serem quitadas é a seguinte — primeiro as com

a União; depois as contraídas com garantia da União, inclusive as dívidas externas; e, por último, as feitas com entidades da administração federal indireta, como empresas públicas e sociedades de economia mista.

A medida provisória também autoriza o Ministério da Fazenda a definir regras para a prestação de informações sobre o aproveitamento de créditos do ICMS cobrado sobre operações destinadas ao exterior.

A Emenda Constitucional 42/2003 proibiu a cobrança do ICMS nesses casos, mas garantiu a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado sobre operações e serviços feitos antes da nova regra. De acordo com a MP, caso o estado não envie os dados requeridos pelo Ministério da Fazenda, pode perder o benefício previsto na lei.

Se a MP for aprovada pela comissão mista, seguirá para análise da Câmara e do Senado.

(Da Agência Câmara)

Divisão	
Estado	Valor*
Minas Gerais	R\$ 422 milhões
Mato Grosso	R\$ 332 milhões
Pará	R\$ 178 milhões
Rio Grande do Sul	R\$ 150 milhões
Goiás	R\$ 128 milhões
Espírito Santo	R\$ 121 milhões
Paraná	R\$ 104 milhões
Bahia	R\$ 103 milhões
São Paulo	R\$ 82 milhões
Rio de Janeiro	R\$ 65 milhões
Santa Catarina	R\$ 61 milhões
Mato Grosso do Sul	R\$ 50 milhões
Maranhão	R\$ 34 milhões
Alagoas	R\$ 21 milhões
Amazonas	R\$ 19 milhões
Rondônia	R\$ 19 milhões
Tocantins	R\$ 18 milhões
Pernambuco	R\$ 10 milhões
Rio Grande do Norte	R\$ 7 milhões
Paraíba	R\$ 7 milhões
Piauí	R\$ 6 milhões
Ceará	R\$ 6 milhões
Sergipe	R\$ 6 milhões
Acre	R\$ 1,6 milhão
Amapá	R\$ 1,2 milhão
Roraima	R\$ 390 mil

*valores aproximados



Senador Simon (de pé) cumprimenta João Vicente Goulart, filho de Jango

Congresso reviu decisões para fazer justiça a Jango e Prestes

Em 2013, o Congresso reconheceu dois erros cometidos no passado e fez as reparações históricas. Foram devolvidos, simbolicamente, os mandatos do ex-presidente da República João Goulart (1919-1976) e do ex-senador comunista Luís Carlos Prestes (1898-1990).

Na última quarta-feira, Câmara e Senado homenagearam o ex-presidente Jango, deposto pelo golpe militar de 1964. Em sessão solene do Congresso, o filho dele, João Vicente Goulart, recebeu a réplica do diploma de presidente.

A ideia da devolução partiu dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Eles conseguiram aprovar projeto que anulou a sessão de 2 de abril de 1964, na qual se declarou vaga a Presidência da

República, tornando possível o afastamento de João Goulart. Na verdade, naquele dia, há quase 50 anos, Jango ainda estava em solo brasileiro, no Rio Grande do Sul, avaliando a possibilidade de resistir.

— Os meus bisnetos vão estudar na escola o que de fato aconteceu. O que meus filhos estudaram foi o que não aconteceu — disse Simon, que acompanhava Jango no dia da deposição.

Em maio último, também em sessão solene, o Senado fez a devolução simbólica dos mandatos do ex-senador Luís Carlos Prestes e do suplente dele, Abel Chermont (1887-1962). A iniciativa foi do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). Ele apresentou projeto para anular resolução do Senado tomada em 1948, a qual extinguiu os mandatos de Prestes e Chermont.

Multinacionais de pneus no Brasil formam cartel, denuncia Requião

A formação de cartel por seis multinacionais que comercializam pneus no Brasil foi denunciada por Roberto Requião (PMDB-PR). A prática, segundo o senador, prejudica os interesses do país e, principalmente, os consumidores.

Requião disse que, há décadas, Pirelli, Michelin, Continental, Goodyear, Bridgestone e Firestone dominam o mercado nacional e extraem “lucros absurdos e estratosféricos”, por meio de estratégias “imorais e predadoras”.

— As multinacionais são fabricantes e importadoras. Elas não fazem os investimentos necessários para suprir a demanda interna com produtos fabricados aqui. Produzem apenas 45% e importam 55% do que vendem no país. Além disso, superdimensionam o preço dos pneus nacionais, beneficiando-se da regra que impede a importação de produtos a preços menores que os nacionais. Detêm o poder de manipular preços internos e externos — criticou.

Segundo Requião, as seis multinacionais foram ao Ministério do Desenvolvimento para acusar de prática de dumping as pequenas importadoras, que tentam importar a preços baixos, “com lucros honestos e módicos”.

— As multinacionais elevam o preço interno, exigem sobretaxa para quem consegue trazer produtos mais baratos e ainda alegam que estão tentando proteger a indústria nacional. A ânsia delas é por lucros elevados — afirmou.

O senador disse esperar que o



Requião: seis gigantes estrangeiras detêm o poder de manipular preços internos e externos

ministério não retire dos consumidores o direito de comprar pneus com preços mais justos.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o país precisa de uma política de importação inteligente.

Requião também comentou o anúncio feito pelo governo federal de compra dos caças suecos Gripen e considerou acertada a escolha.

— Queremos aviões, mas com transferência de tecnologia. Recentemente, a Embraer foi contratada para vender aviões para a China, e o governo chinês exigiu que a empresa instalasse uma planta lá. E hoje eles já têm condição de competir conosco mesmo e com a Bombardier, outra concorrente. Isso é defesa do interesse nacional, preocupação com emprego e com a soberania.

Cristovam critica desempenho do governo do Distrito Federal em 2013

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou na sexta-feira o desempenho do governo do Distrito Federal no ano de 2013. O parlamentar citou dados para afirmar que o GDF possui uma boa dotação orçamentária, mas não teve competência para gastar os recursos.

— É uma incompetência total para investir os recursos que estão disponíveis. É pena que 2013 não mereça aqui ser tratado como um ano bom para o Distrito Federal — lamentou.

Para exemplificar, o senador citou projetos na área de saúde em que os gastos foram bem abaixo do montante autorizado. Na implantação de unidades de pronto atendimento, foram usados, segundo informou, apenas 6% dos recursos e, na construção de unidades básicas de saúde, somente 3%. Em vários setores da saúde, informou Cristovam, o valor empenhado e liquidado pelo governo foi “zero por cento” da dotação orçamentária. A construção de bases do Samu e a ampliação das unidades básicas de saúde são duas áreas que ficaram nessa situação, disse.

A segurança pública no Distrito Federal também foi criticada pelo senador. Ele lamentou a quantidade de crimes notificados na capital do país e acusou o governo do DF de não dialogar com os policiais e bombeiros militares e não ter cumprido 13 promessas feitas à categoria durante a campanha do atual governador em 2010 — entre



Cristovam denunciou “incompetência” do DF para investir recursos em saúde e segurança

elas, a de reestruturação da carreira e a de aumento de efetivos.

— Ou seja, o Distrito Federal vai atravessar o ano com a polícia sem o pleno exercício da sua força e com todos os riscos que isso significa — lamentou o senador.

Cristovam destacou que, assim como na área da saúde, o governo não teve competência para gastar os recursos no setor de segurança. Construção de unidades policiais e delegacias, monitoramento por câmeras de vídeo e defensoria pública na comunidade foram algumas das atividades programadas que, segundo o senador, tiveram “zero por cento” da dotação liquidada.

O senador criticou ainda a atuação do governo do Distrito Federal em outros setores como cultura e transporte.

Opção do governo pela aquisição de aviões suecos, que disputavam a preferência com franceses e norte-americanos, motivou Ricardo Ferraço a propor o debate, que deve acontecer em fevereiro

Senado fará audiência sobre a compra de caças

TÃO LOGO O Congresso retome as atividades, em fevereiro, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) fará uma audiência pública com o ministro da Defesa, Celso Amorim, e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, para que sejam esclarecidos detalhes relativos à decisão do governo brasileiro de comprar 36 caças da empresa sueca Saab.

Foi o que informou o presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), à Rádio Senado. O senador afirmou que as ações de espionagem realizadas pelo governo dos Estados Unidos no Brasil, reveladas pelo ex-analista de inteligência norte-americano Edward Snowden, prejudicaram a Boeing, que disputava a preferência das autoridades brasileiras com a Saab e a francesa Dassault.

— Ainda que nossas autoridades não admitam, é evidente que houve uma reflexão sobre isso. Quando você faz uma aquisição como essa, é como se você estivesse fazendo um casamento. Então a geopolítica



Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Ferraço quer ouvir Celso Amorim

foi considerada, juntamente com as questões de eficiência e performance — ponderou.

Anunciada na quarta-feira, a escolha dos caças suecos pôs fim a uma disputa de quase duas décadas. Em 1996, o governo Fernando Henrique Cardoso comunicou a intenção de adquirir as aeronaves. O objetivo orientou o lançamento, em 2001, do programa FX-2.

Durante o governo Lula, o então presidente chegou a declarar que o Brasil compraria os equipamentos da Dassault.

Na opção pelos Gripen NG, da Saab, pesaram, conforme o Ministério da Defesa, a

qualidade dos equipamentos, os custos de aquisição — US\$ 4,5 bilhões — e de manutenção e, sobretudo, os compromissos de transferência de tecnologia e de nacionalização de boa parte do processo de produção. Isso porque a parte de estrutura do avião e outros componentes deverão ser produzidos em São Bernardo do Campo (SP).

No Senado, foram positivas as primeiras reações à escolha.

Ana Amélia (PP-RS), por exemplo, elogiou a decisão, mas lamentou a demora na definição e os baixos investimentos do Brasil nas áreas de defesa e de tecnologia.

José Cruz/Agência Senado

Pessoas com deficiência poderão ter mais acesso a livros e bancos

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) deve votar no ano que vem uma proposta para permitir que cegos e surdos tenham acesso aos livros comprados por programas governamentais. Além disso, cria mecanismos que facilitam o uso dos terminais eletrônicos de bancos por pessoas com deficiências auditivas e visuais.

O substitutivo de Eduardo Amorim (PSC-SE) aos PLs 129/2007, 24/2008, 111/2008 e 278/2012 prevê mudanças na lei que trata das normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, determinando, por exemplo, que o governo federal mantenha um portal na internet com arquivos digitais dos livros comprados com dinheiro público.

Esses arquivos devem,

ainda, ser convertidos para formato audível e ter formatação prévia para a impressão no sistema braille. Além disso, o material tem que ser colocado à disposição de bibliotecas públicas, escolas e entidades que representam pessoas com deficiência. Amorim assegurou que as mudanças não vão trazer custos significativos aos cofres públicos. “Já existem programas de computador de domínio público, inclusive versões produzidas com recursos públicos de fomento à pesquisa, que fazem a sintetização de voz para conversão em áudio dos livros”.

O projeto ainda obriga bancos e administradoras de cartão de crédito a oferecerem serviços de atendimento ao consumidor acessíveis às pessoas com deficiência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Projeto amplia número de livros formatados para impressão em braille

Cobrança enviada pelo correio deverá ter data de postagem

Contas de água, luz, telefone e outras cobranças enviadas pelos Correios terão que trazer a data de postagem. Essa exigência é de projeto de lei da Câmara (PLC 176/2009) que está pronto para ser votado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

No parecer favorável, o relator, Jorge Viana (PT-AC), destacou que o projeto protege o consumidor de cobranças indevidas de multas e juros, quando a data de postagem for posterior à data de vencimento da obrigação.

O voto do senador, no entanto, é pela rejeição das emendas da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que retomam o texto original

do projeto da Câmara: a especificação também da data de entrega dos documentos de cobrança. Para ele, a medida não se aplica em razão da imprevisibilidade do momento de entrega da correspondência.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), autor da emenda que retira essa exigência da proposta, a inserção da data de postagem pode ser feita pelo credor, situação que não acontece com a data de entrega, uma vez que o credor não pode controlar a data de entrega.

Se aprovado na CMA, o PLC 176/2009 pode ir direto para a Câmara, se não houver recurso para votação em Plenário.



Para Jorge Viana, proposta protege consumidor de cobranças indevidas de multa e juros

Lia de Paula/Agência Senado

Vanessa Grazziotin faz balanço das comissões que presidiu no ano

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez na sexta-feira um balanço da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) e da Procuradoria da Mulher, todas sob sua presidência em 2013.

Em relação à CPI, ela lembrou a videoconferência com parlamentares europeus, componentes da Comissão de Liberdades Cívicas (Libe).

— Percebemos que estamos no mesmo caminho, buscando as mesmas saídas.

Ela ressaltou a aprovação, pela ONU, de moção do Brasil e da Alemanha para que os países respeitem o direito à privacidade. A senadora disse que a CPI deve continuar os estudos até que Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresente o relatório.

— Estamos pedindo a colaboração de técnicos da área e vemos uma grande convergência em relação a esse relatório, que não apenas está sendo construído por nós, mas pela sociedade.

Sobre a CMMC, Vanessa ressaltou a realização, em 2014, da 20ª Conferência das Partes (COP-20) em Lima (Peru). Segundo ela, o governo brasileiro está tratando o evento como se fosse nosso, já que o Peru é um dos países que compõem o bioma amazônico.

Em relação à Procuradoria, a se-



Alessandro Dantas/Agência Senado

Senadora falou sobre espionagem, mudanças climáticas e questões ligadas às mulheres

nadora afirmou sentir-se honrada de ser a primeira procuradora da Mulher. Para ela, é preciso o apoio de todos na luta contra a discriminação. O órgão foi criado no início do ano pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

— As mulheres são 51,7% do eleitorado e ocupam menos de 10% das cadeiras no Parlamento. Somos mais de 42% da mão de obra, mas ainda recebemos 28% menos do que recebem os homens.

Vanessa também homenageou João Ribeiro (PR-TO), que faleceu quarta-feira, e se recordou do período em que ambos compuseram a Mesa do Senado, nos dois primeiros anos desta legislatura.